



**Adolescência em conflito com a lei, gênero e contexto social:  
um olhar psicanalítico**

*Adolescence in conflict with the law, gender and social context:  
a psychoanalytic view*

Maria Eduarda Souza Belmino LINS<sup>1</sup>  
Thaianna Maria Siqueira FERRAZ<sup>2</sup>  
Thais Maria dos SANTOS<sup>3</sup>  
Luiza Elena Bradley Alves de ARAÚJO<sup>4</sup>

**Resumo:** O presente artigo busca fazer uma análise sobre a vivência de adolescentes em conflito com a lei, do gênero feminino, com idade entre doze e dezoito anos, presentes no Centro de Internação Provisória (CENIP) Santa Luzia, situado na Região Metropolitana do Recife, usando a ótica psicanalítica para conduzir esse estudo. A partir disso, temos como objetivo principal analisar o contexto social e de gênero implicados nos casos de adolescentes em conflito com a lei, tendo como amostra as jovens reclusas no Centro de Internação Provisória (CENIP) - Santa Luzia. Para a coleta de dados, foram realizadas dinâmicas com as temáticas: sexualidade, identidade, relações sociais e projeto de vida, inspiradas no livro *Aprendendo a ser e conviver*, de Margarida Serrão e Maria Clarice Baleeiro (1999). Com a obtenção dessa prática vivenciada na Instituição, nota-se o quanto o contexto sociocultural está arraigado ao ato infracional, havendo um recorte de classe social diferenciado entre a camada da população de classe alta e baixa que comete esse ato no Brasil. O marcador do gênero feminino também expõe que a posição como mulher, na sociedade, vivenciada por esta adolescente em conflito com a lei pode implicar no ato infracional cometido, no tratamento que essa receberá em instituições de internação e em como será vista pela população, pois, no contexto sociocultural em que essa adolescente vive, reverbera ainda o estigma da mulher como figura mais frágil do que o homem, implicando que esse é mais propenso ao ato infracional e que, devido a isso, seria mais aceitável que ele cometesse tal ato.

**Palavras-chave:** Adolescente em conflito com a lei. Desigualdade de gênero. Contexto social. Reconhecimento.

**Abstract:** This article seeks to analyze the experience of adolescents in conflict with the law, of the female gender aged between twelve and eighteen years old, present at the Provisional Internment

<http://dx.doi.org/10.24024/23579897v29n12020p1110136>

<sup>1</sup> Graduanda em Psicologia | FAFIRE | E-mail: mariaeduardalins190@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Psicologia | FAFIRE | E-mail: thai\_siqueira@hotmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Psicologia | FAFIRE | E-mail: thaism.santos98@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em Psicologia e Psicanálise (2000/2006) | Université Paris 13 | Psicóloga, Psicanalista | Mestre em Educação pela Université du Québec à Hull | professora do Curso de Psicologia | FAFIRE e orientadora da pesquisa | E-mail: lbradleyaraujo@gmail.com

Center (CENIP) - Santa Luzia, located in the Metropolitan Region of Recife, using the psychoanalytic perspective to conduct this study. From this we have as main objective to analyze the social and gender context involved in the cases of adolescents in conflict with the law, having as a sample the young prisoners in the Provisional Internment Center (CENIP) - Santa Luzia. For the collection of data, dynamics were carried out with the themes: sexuality, identity, social relations and life project, inspired by the book *Aprendendo a Ser e Conviver*, by Margarida Serrão and Maria Clarice Baleeiro (1999). With the achievement of this practice experienced at the Institution, it is clear how deeply rooted the socio-cultural context is in the offense, with a differentiated social class cut between the upper and lower class in Brazil that commits this act. The female gender marker also exposes that the position of the adolescent in conflict with the law as a woman in society can imply the infraction committed, the treatment that she will receive in inpatient institutions and how she will be seen by the population, because, in the sociocultural context in which this adolescent lives, the stigma of women as a more fragile figure than the man still reverberates, implying that he is more prone to the infraction and that, due to this, it would be more acceptable for him to commit such an act.

**Keywords:** Adolescent in conflict with the law. Gender inequality. Social context. Recognition.

## Introdução

Todo adolescente deve ter seus direitos e deveres assegurados pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA). Esses direitos são fundamentais e inerentes à pessoa humana, assegurando-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhe facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (LEI Nº 13.869, 2019).

No entanto, na atual conjuntura política do Brasil, não existem leis definitivas que digam com clareza e objetividade a punição para os devidos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, já que o jovem não pode responder criminalmente por tal ato. Dessa maneira, o juiz fará uma leitura do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) para assim poder decretar a medida socioeducativa adequada para esse adolescente. Essa medida socioeducativa deve estar de acordo com o SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), que se refere a um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução das medidas socioeducativas, e também à adesão dos adolescentes, dos sistemas estaduais, distritais e municipais a essas medidas, bem como os planos para as possíveis ações socioeducativas, políticas e programas específicos de atendimento ao adolescente em conflito com a lei (LEI. 12.594/12).

O Centro de Internação Provisória (CENIP) é uma das instituições que “abrigam” o adolescente. Corresponde a uma unidade pública que oferece internação provisória, tanto para meninas quanto para meninos que se encontram em conflito com a lei. Assim sendo, foi utilizado como objeto observacional para a pesquisa o CENIP Santa Luzia, que é responsável pela internação apenas de meninas de 12 a 18 anos, por um tempo médio de 45 dias, podendo haver ou não a liberação antes da data prevista. O CENIP Santa Luzia tem como objetivo proporcionar um acompanhamento e acolhimento a essas jovens enquanto esperam a liberação de sua sentença. O programa oferece atividades pedagógicas ocupacionais, como artesanato e bordado, audiência de filmes para passar o tempo e também

produção de peças e cartazes em datas comemorativas, como dia das mães, natal, páscoa, entre outras. A instituição atualmente abriga em torno de 10 meninas, obedecendo à capacidade do ambiente, que é de 20 pessoas. A unidade conta com um trabalho multidisciplinar entre pedagogos, psicólogos, advogados e assistentes sociais.

A prática trabalhada foi feita com oficinas e dinâmicas, tendo como participantes as adolescentes reclusas no CENIP Santa Luzia, objetivando passar conhecimentos para que possa haver uma possível ressocialização dessas jovens na sociedade quando reconquistarem a liberdade. Assim, foi observada a realidade em que essas garotas vivem, visando, com o auxílio da bibliografia estudada, compreender as possíveis causas para essas adolescentes terem cometido o ato infracional.

Manifestou-se o interesse de pesquisar sobre a realidade das adolescentes em conflito com a lei, pois as instituições destinadas a meninas que cometem um ato infracional sofrem com um grande descaso institucional, o qual deriva, em grande parte, de questões sociais e do preconceito de gênero. Por causa deste recorte social, notou-se a necessidade de buscar intervir nesse contexto. Dessa maneira, devido à realidade que fora observada a partir das vivências de adolescentes em conflito com a lei, reclusas no Centro de Internação Provisória (CENIP) – Santa Luzia, deu-se início a esta pesquisa, objetivando analisar, com um viés psicanalítico, o contexto social e de gênero implicados nos casos das jovens.

Dessa forma, observou-se a realidade das medidas socioeducativas, propostas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), sendo estas, muitas vezes, insuficientes, e foi visto como as implicações sociais, que pairam na diferença de classes existente hoje no Brasil, afetam as condições socioemocionais dessas jovens, as quais se encontram na condição de pobreza e miséria. Há, ainda, o marcador de gênero que, ao ser estudado nesse contexto, tornou explícito que a construção social advinda de séculos passados, segundo a qual a mulher era submetida a voltar-se para os afazeres domésticos e a criação dos filhos (SANTOS; SALLES, 2015), ainda reverbera na vida de adolescentes do gênero feminino, e, principalmente, sendo essas da classe social baixa: há uma estigmatização do seu corpo, como propriedade do homem, além de uma hipersexualização. Para além disso, tendo em vista a visão psicanalítica, para a adolescente em conflito com a lei, devido ao seu gênero, é atribuído um lugar desvalorizado e estigmatizado, de modo que o simbólico foi e é passado nas vidas das mesmas como algo imposto pela sociedade na qual estão inseridas.

O corpus observado nesta pesquisa é de adolescentes do gênero feminino, pobres ou abaixo da linha da pobreza, que, por algum motivo, encontram-se reclusas em um centro de internação. Sobre ele, houve a identificação das possíveis implicações do contexto social e de gênero relacionadas ao ato infracional cometido, e como o gênero das adolescentes afeta a maneira como vivenciam o período de internação, pois há uma diferenciação entre a realidade dessas meninas e dos meninos internados no Centro de Internação Provisória destinado ao gênero masculino (CENIP - Recife). Essas diferenças vão desde questões estruturais até como a sociedade enxerga de forma diferenciada os indivíduos em conflito com a lei, a depender de seu gênero, além da sua classe social.

A investigação ocorreu a partir de uma visita técnica no CENIP - Recife, destinado ao gênero masculino, e de encontros semanais no CENIP - Santa Luzia, objetivando realizar uma prática socioeducativa com as adolescentes, tendo em vista a escassez estrutural e os desafios emocionais que as perpassam no Centro de Reclusão Provisória, e buscando obter dados para a pesquisa realizada. A escolha da instituição se deu através de um contato direto com o referido centro, visando a um trabalho acadêmico, o que desencadeou a ideia da pesquisa, pois o enfoque visado é direcionado a adolescentes do gênero feminino. Objetivando entender mais sobre a instituição, foram encontrados artigos comparativos entre o sistema socioeducativo voltado para o gênero feminino e para o gênero masculino, despertando a curiosidade de entender as semelhanças e divergências entre as duas instituições. Assim, após o contato com as divergências, foi vista a necessidade de explorar e compreender as problemáticas que perpassam o sistema socioeducativo voltado para meninas.

### **Materiais e métodos**

No que se refere à prática desta pesquisa, houve a realização de uma entrevista com a Psicóloga do Centro de Internação Provisória (CENIP) - Santa Luzia para obter um panorama da instituição. Também foi realizada uma visita técnica ao Centro de Internação Provisória destinado ao gênero masculino (CENIP - Recife), objetivando adquirir uma perspectiva comparativa entre os dois centros de internação para, assim, observar as questões de gênero implicadas nestes contextos.

A prática propôs intervenções constituídas com as adolescentes em conflito com a lei abrigadas no CENIP - Santa Luzia, utilizando-se de técnicas de trabalho grupal, dinâmicas e oficinas com as mesmas. Foi formado um grupo operativo, que teve duração de dois meses, acontecendo semanalmente, aos sábados, durante uma hora, e com localização no CENIP - Santa Luzia, Iputinga, sendo utilizada, para isto, a abordagem de pesquisa de campo. A pesquisa foi composta por uma amostra de 31 adolescentes do gênero feminino, de baixa renda, na faixa etária entre 12 e 18 anos, vinculadas a esse Centro de Internação Provisória. Assim sendo, foi possível utilizar essa experiência vivencial com as adolescentes para uni-la com a teoria pesquisada, aprofundando a pesquisa teórica e buscando compreender e elucidar o que uma adolescente passa nesse processo e os motivos de a mesma estar ali.

As dinâmicas e oficinas utilizadas abordaram as seguintes temáticas: identidade, sexualidade, relações sociais e projeto de vida, baseadas na obra *Aprendendo a ser e a conviver* (1999), de Margarida Serrão e Maria Clarice Baleeiro, além de demandas trazidas pelas adolescentes em conflito com a lei. Essas oficinas e dinâmicas tiveram o propósito de ajudar na ressocialização das adolescentes ao saírem da reclusão, e também como fonte de dados observacionais. As dinâmicas foram a de identidade, com o “Jogo da autoestima”; oficina das relações sociais, sendo o “Teatro dos conflitos sociais”; oficina do projeto de vida, que foi “Construindo sua vida profissional”, e a oficina da sexualidade, chamada “Correio Sentimental”.

O primeiro encontro do projeto viabilizou a feitura de um mapeamento e estabelecimento de um rapport, no qual foi possível conhecer melhor as jovens e a sua rotina na instituição, para, assim, poder proporcionar práticas mais personalizadas e próximas à realidade das adolescentes, baseadas em suas expectativas.

O trabalho com as jovens foi iniciado com a prática referente ao campo de identidade, visando elucidar perspectivas identificatórias e pessoais das adolescentes e como se sentiam em relação aos assuntos abordados.

Referente à temática da identidade, foi realizado o “Jogo da autoestima”, em que a partir da apresentação de frases, as participantes utilizaram uma folha de papel e a rasgaram à medida em que essas frases foram afetando a sua autoestima. Num momento posterior, foram apresentadas frases que podem elevar a autoestima, e as participantes escreveram os números das frases identificados na folha de papel anteriormente rasgado, a partir das novas afirmativas positivas. Essa dinâmica teve como objetivo introduzir o desenvolvimento da autoestima, possibilitando às meninas expor o que realmente achavam sobre si mesmas, o que afetará diretamente na sua perspectiva de futuro, reconstruindo com a jovem o valor que atribui a si.

Em seguida, foi abordado o campo da sexualidade, com o objetivo de introduzi-las em temáticas como empoderamento, métodos contraceptivos e questões de gênero.

Sobre a temática da sexualidade, foi realizada a dinâmica denominada “Correio Sentimental”. Nessa, foram formados subgrupos, informando que cada subgrupo seria responsável por um programa de rádio chamado “correio sentimental”, no qual receberam casos em que tinham que se posicionar sobre determinadas situações para os ouvintes do programa. Em seguida, foram discutidas com as equipes questões que envolvem as razões dessas decisões por elas tomadas, objetivando explorar os tabus e os mitos relacionados à sexualidade, expondo um pouco sobre cada temática, objetivando também avaliar o nível de informações que as mesmas possuíam sobre os assuntos.

Posterior a esse momento, foram abordadas as Relações Sociais em si, objetivando trabalhar na socialização das adolescentes no meio em que se encontram e na ressignificação dessa socialização fora do âmbito de internação.

Durante a oficina das relações sociais foi feito o “Teatro dos Conflitos Sociais”, que se baseou na escolha de conflitos, pelas adolescentes, os quais foram apresentados referentes às temáticas de família, área profissional e relações pessoais, sendo posteriormente encenado o conflito escolhido pelo grupo, para o qual foram trazidas soluções.

No quarto e último momento, foi vivenciada a temática sobre projeto de vida, na qual foi estimulada uma visão de futuro, propondo uma possível melhoria de condições de vida.

No que se refere à temática do projeto de vida, foi realizada a dinâmica “Construindo sua vida profissional”, em que foram distribuídas fichas de trabalho e solicitado que as adolescentes completassem essas fichas. Posteriormente, foi pedido que cada participante opinasse sobre as respostas dadas. Por fim, houve a estimulação de uma roda de conversa, buscando compreender o entendimento das participantes sobre as determinadas profissões e proporcionando reflexões sobre suas perspectivas profissionais para além da reclusão.

## Resultados e discussão

A análise de conteúdo foi feita através das respostas obtidas nas oficinas e dinâmicas em grupo, sendo identificados, em cada temática, os seguintes dados:

**Identidade:** Referente a essa temática, as adolescentes em conflito com a lei da instituição relataram não possuir autoconhecimento, tendo dificuldade de estabelecer-se como prioridade em suas vidas. As jovens expuseram não possuir conhecimentos precisos sobre o que gostavam, como preferências e questões pessoais. A visão que tinham de si mesmas, em grande maioria, partia de um olhar diminuído, enxergando-se com desvalor. Muitas das adolescentes expressaram obter uma imagem de quem eram através do que outros indivíduos as comunicavam, sendo principalmente através de figuras masculinas que estavam em suas vidas.

**Sexualidade:** Durante essa oficina, foi possível debater temas como relacionamento abusivo, violência contra a mulher, métodos contraceptivos e machismo de modo geral. A partir das atividades propostas, foi exposto como a violência doméstica está presente na vida dessas meninas, seja ela através de um parceiro ou na relação parental. A maioria das adolescentes presentes afirmaram ter sofrido algum tipo de violência por parte de seus companheiros e, apesar disso, mostravam-se reativas nessas situações, buscando contra-atacar seus companheiros como forma de defesa.

Além disso, a educação sexual apareceu de forma precária em seus relatos. Apesar de já possuírem vida sexual ativa, ainda tinham muitos tabus sobre sexualidade, e seus conhecimentos se baseavam, em sua maioria, em mitos e informações imprecisas sobre a temática. Com isso, poucas se preveniam sexualmente e, também, pouco ponderavam sobre o contágio de ISTs. Dessa forma, fica claro que o contexto social em que vivem pode ser preconceituoso e elas acabam por absorver e propagar essas informações, pois a educação sobre esses temas não é precisa, não só pelo fato de pertencerem a uma classe social baixa, mas também pelo fato de serem mulheres em uma sociedade predominantemente patriarcal e machista.

**Relações sociais:** Na fala das adolescentes que participaram da dinâmica de relações sociais, foram observadas questões como uma relação familiar dificultada ou inexistente, fazendo com que essas meninas desde cedo tivessem que crescer sem uma base familiar que as apoiassem e protegessem, causando-lhes inúmeras consequências. Também foi evidenciado que a maioria delas buscavam em um parceiro a solução de seus problemas, que esse fosse o responsável por toda a proteção e afeto que elas almejavam. Entretanto, ficou evidenciado que essa entrega total que essas meninas tinham para com seus parceiros não possuía o reconhecimento almejado. De acordo com a fala das adolescentes, em sua grande maioria, os relacionamentos que possuíam tinham características de serem violentos e abusivos. Porém, mesmo assim, essas se ancoravam em buscar afeto dos parceiros, apesar de todas as violências sofridas. Houve relatos de que o início da elaboração do ato infracional ocorreu mediante a influência de um parceiro.

**Projeto de vida:** Foi visto que a grande maioria das meninas possuía enormes dificuldades na dinâmica de projeto de vida, devido a muitas vezes não conseguirem se projetar para um futuro de longo ou curto prazo, com extremas dificuldades de se imaginarem exercendo alguma profissão. Houve uma quantidade escassa de meninas que conseguiram se projetar diante de um futuro, diferente daquelas que traziam uma visão de um futuro pobre em oportunidades - que geralmente é posto a elas. As adolescentes que conseguiram

visualizar um futuro melhor, no seu total duas, recebiam reações como piadas e ridicularizações por parte das demais meninas, pois essas não acreditavam na capacidade de a colega de internação alcançar um grande projeto de vida, por partilharem a mesma situação e contexto. Assim, trata-se de dificuldades e impasses da quebra de paradigma imposto sobre elas, que são jovens pauperizadas e, na sua maioria, negras. Com isso, tornou-se explícito que há uma falta de perspectiva diante do planejamento de um futuro e idealização de projeto de vida, isso devido à lacuna de desenvolvimento, tanto por motivos de falta de acesso à educação e ensino de qualidade, quanto apoio da base familiar e ambiente que valorize e incentive suas capacidades.

No que se refere à análise sobre a desigualdade institucional entre o CENIP - Santa Luzia e o CENIP - Recife, foi possível notar diferenças físicas e estruturais entre as duas unidades, na qual o CENIP - Recife, voltado para adolescentes do sexo masculino, possui uma estrutura mais adequada para acomodar seus internos. Foi observada a presença de um refeitório, quadra para atividades esportivas, diversas salas para atividades socioeducativas e uma boa infraestrutura para as atividades administrativas. Por outro lado, no CENIP - Santa Luzia, foi observada uma estrutura precária, pouco arejada e com rastros de mofo pelo ambiente. Apesar da menor quantidade de internas, a casa aparentava ser pouco adequada para abrigar as jovens, como também oferecia pouco suporte estrutural para a parte administrativa.

Para além das questões estruturais e físicas, ambas as unidades também apresentam diferenças relativas às atividades socioeducativas: o CENIP - Recife conta com uma rotina bem estabelecida e projetos estruturados sobre temas diversos, como educação sexual e uso de drogas, enquanto o CENIP - Santa Luzia carece desses recursos, sendo propostas atividades pouco enriquecedoras e, em sua maioria, de cunho religioso. Dessa forma, foram alarmantes as diferenças entre as duas unidades, ficando claro que a internação masculina possui melhores condições se comparada com a unidade feminina.

## A adolescência

Para falar de adolescência, é necessário pensar nas relações entre os processos políticos, sociais e subjetivos que perpassam a vida do sujeito vivenciando essa moratória. Pois, de acordo com Calligaris (2000), a adolescência é uma fase definida como uma moratória imposta pelos adultos, na qual o sujeito sai da fase da infância para a adolescência, passando por enormes mudanças e transições biológicas, sociais e subjetivas, que vão influenciar a maneira como se relaciona consigo e com o outro, ocorrendo mudanças em sua identidade subjetiva e social. Nesse estágio, são atribuídas, ao indivíduo, responsabilidades e limitações que o colocam em vivências repletas de dúvidas, medos, intensidade e revolta. Ocorrem mudanças também nas questões identificatórias do adolescente, que antes possuía, geralmente, seus pais como principais figuras de identificação, e, ao vivenciar a adolescência, volta-se para figuras fora de seu âmbito familiar, como amigos e ídolos. Essa mudança de identificação, como menciona Calligaris (*op.cit.*), diz respeito a esse jovem que agora não se percebe

pertencente ao seu grupo primário de identificações. Esse novo grupo identificatório é constituído por semelhantes desse adolescente, pelo qual se sente acolhido.

O grupo possui características positivas e negativas, e pode servir de espaço de liberdade e expressão, proporcionando a reorganização da personalidade do sujeito, possibilitando ao adolescente um meio de descarregar suas ansiedades, medos, angústias e sonhos, entretanto, pode ter características negativas, pois esse grupo pode vir a incentivar transgressões às leis e normas, estimulando atos prejudiciais ao adolescente e à sociedade (CALLIGARIS, 2000).

Vale ressaltar que, por todas as mudanças sociais, psicológicas e biológicas que o adolescente vive, ele se torna muito mais vulnerável às transgressões, principalmente se no seu contexto estão presentes e normalizadas violências, transgressões à lei, e se há um enorme afastamento dos pais e figuras primárias de identificação que proporcionem suporte e responsabilização a esse sujeito.

Explorando essa passagem da adolescência como processo psíquico, afetado por morte imposta pela sociedade, Rassial (*op. cit.*) expõe que há um duplo aspecto da adolescência, sendo esses *limite e período*. Assim, o *limite* permeia entre o estatuto que rege a criança, propensa ainda ao brincar e se descobrir, e o estatuto do adulto, que deve trabalhar e reproduzir. Já o período seria permeado por incertezas sociais e a respeito de sua identidade, a família e o contexto macrossocial; em meio a isso, exigem do adolescente que se posicione como criança ou adulto, a depender das circunstâncias sociais em que está inserido. Isso constitui a crise formal da adolescência, na qual ao jovem não é dado um estatuto realmente seu, deixando-o com a possibilidade de não ver referência aos seus desejos.

A adolescência, do ponto de vista jurídico, é permeada pela ambiguidade entre a minoridade e a maioridade, e por leis que se mostram através da imposição de limites. Dessa forma, ao adolescente é negada, muitas vezes, a escuta por alguém que se proponha a escutar o seu apelo, e o que é passado para o mesmo é o que não dizer e fazer, pois, na Constituição de 1988, está estabelecido o que deve-se fazer e não fazer e, assim, sem apoio e apenas com imposições da sociedade, o adolescente pode acabar por não se identificar nem adquirir responsabilização (RASSIAL, 2005).

Algo que muitas vezes se entrelaça com a fase da adolescência é a droga. De acordo com os dados do Conselho Nacional de Justiça, nos anos de 2015-2016, o principal ato infracional cometido por adolescentes foi o tráfico de drogas, interligado com o alto índice de seu consumo. Com isso, compreende-se que os problemas de abuso de drogas estão intimamente ligados à sociedade, que vive um momento de afrouxamento dos valores éticos e morais, e prega o absurdo que é o uso das drogas ilícitas, valorizando o abuso de álcool e drogas farmacológicas para se viver os mal-estares da vida.

Sabe-se que a droga produz reações e alteração no SNC do sujeito, mas, além disso, a droga simboliza uma forma de entorpecer e anestesiar as dificuldades vivenciadas por ele (FREITAS, 2002). De acordo com Freud (1996a), viver é lidar com seus prós e contras, com seus amores e ódios, sendo isso da ordem do impossível para muitos. Assim, o ser humano sempre irá buscar métodos de se anestesiar, podendo ser, inclusive, através do uso de drogas ilícitas ou lícitas. É necessário ressaltar que, na origem de qualquer quadro de drogadição, estão presentes os extremos vivenciados, no caso, a falta de amor e abandono ou

o amor ultra protetor, que impede esse indivíduo de vivenciar frustrações, podendo ser a origem dessa grave patologia. Dessa forma, a utilização da droga sempre será um sintoma que ocorre para fazer falar algo que não se consegue expressar de outra maneira, e que denuncia um grave comprometimento com a possibilidade de se lidar com a frustração, pois o acúmulo destas vivências, desde a infância, pode atormentar o indivíduo e o levar a uma total intolerância com o seu viver.

Freitas (2002), em seus estudos sobre adolescência, uso de drogas e atos infracionais, utiliza no livro *Adolescência família e drogas: a função paterna e a questão dos limites* dois exemplos de adolescentes que possuem um contexto socioeconômico diferente - no qual um deles é pertencente à burguesia e o outro é da camada social de baixa renda - e que seguem a mesma via de consumo de drogas e transgressões. Entre esse paralelo, que parcialmente é tão diferente, ocorre uma questão que o autor menciona como primordial para a entrada desses adolescentes no mundo das transgressões, que seria a falência da função paterna.

Essa função ajuda no processo psíquico de introjeção das leis que o indivíduo pode realizar, e permite que ele consiga conviver em grupo, o que o possibilita se inscrever no meio social. Sendo assim, famílias que possuem, por determinadas razões, dificuldades para exercer a lei, têm dificuldades em estabelecer limitações para seus filhos adolescentes, podendo ser um dos grandes facilitadores para quadros aditivos e outras infrações. Sem o apoio dos pais, não ocorre a introjeção das leis e, conseqüentemente, o sujeito não se constitui como uma instância crítica superegóica sadia, podendo levar a inúmeros transtornos futuros.

A função paterna é necessária para que o superego constitua funcionalmente as interdições ao sujeito: se a função não for bem estabelecida, de forma firme e amorosa, os aspectos egóicos ficam comprometidos e, assim, as interdições e proibições não são respeitadas e valorizadas, e os ideais que poderiam servir de base ética para o sujeito ficam instáveis.

A partir disso, é necessário ter em mente que, ao investigar supostas causas das ações, sentimentos e falas de um adolescente, é necessário analisar sua dinâmica familiar e o seu contexto socioeconômico, pois essas instâncias implicam no psiquismo do jovem. Mesmo sabendo disso, é frequente a negação da responsabilidade da sociedade perante a alta taxa de adolescentes em conflito com a lei, os quais parecem estar à margem da sociedade, como se fossem um produto que veio com falha. Entretanto, esses sujeitos são o resultado de uma sociedade com injustiças sociais e uma falência da função paterna. Assim sendo, esses jovens podem até ser responsáveis por seus atos infracionais legalmente, mas não são os únicos que possuem essa responsabilidade, pois se trata de um sintoma pessoal, familiar e social.

### **Adolescência em conflito com a lei: o contexto a nomeia?**

O contexto sociocultural no qual o adolescente está inserido pode impactá-lo de diversas formas. É comum, quando ele se depara com alguma exploração do mundo, tanto da sociedade, como da família, sentir-se injustiçado, e, muitas vezes, é sobre a família que o adolescente colocará seus questionamentos e inquietações (KRYNSKI, 2002). O que

geralmente se mostra por trás da violência cometida pelos adolescentes é um contexto violento e situações de abuso e/ou violência doméstica.

Isso evidencia o quanto a violência pode realmente ser uma ação que gera violência, sendo uma forma de “violência adaptativa” (KNOBEL, 2002, p. 55), não como uma consequência determinante, mas sim como possibilidade. Desse modo, a própria agressividade e violência, tanto verbal como física, perante as adolescentes em conflito com a lei, no momento em que são detidas e dentro dos centros de internação, não se mostram como uma prática efetiva, pelo contrário, podem potencializar a raiva que muitas adolescentes possuem ao entrarem em reclusão.

A violência constante que é notada na fala das adolescentes em conflito com a lei, tanto em casa, pelos seus familiares, quanto nas ruas, onde estavam habituadas a vê-la e presenciá-la, expõe que o conceito relatado acima, “violência adaptativa” (KNOBEL, op. cit.) se mostra presente na vida dessas garotas. O fato de essas jovens, em toda a amostra coletada, serem de baixa renda e trazerem em suas falas o contexto social e familiar escasso em que viviam explicita isso. Ao relatarem sobre a violência que as permeia, foi evidenciado o quanto, desde cedo, cresceram em ambientes hostis, nos quais a violência não vinha apenas do contexto social e familiar em que vivem, mas de uma instância antecedente, sendo esta, a sociedade que lhes nega o direito à educação de qualidade, à moradia, à vida, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA, Art. 4). Esses são direitos básicos que deveriam estar equivalentes para todos os cidadãos. Porém, o que ocorre é uma falta de assistência do Estado, que cresce a cada dia, diante dessas meninas.

Dessa maneira, essa “violência adaptativa” se mostra como socialmente reestruturante para os adolescentes, de forma geral, como trazem alguns observadores, de acordo com Knobel (2002). Porém, aqui se considera que essa violência é diferenciada, a depender do contexto social em que esse adolescente está inserido: um ambiente de condições escassas, onde a violência adaptativa se expõe como forma realmente de se adaptar a um contexto que transmite violência ao seu redor, no qual a falta é constituída como elemento constante na vida das jovens, uma falta de afeto e cuidado perpassado pela grande desigualdade social que está por trás disso. Assim sendo, alguns adolescentes partem para um comportamento agressivo diante desses fatores socioeconômicos, como uma forma de defesa, por exemplo, pelo ato infracional, na logicidade de se defender contra as ameaças que os cercam.

Já em um contexto social de classe alta, nota-se essa “violência adaptativa” mais como uma forma de transgressão da autoridade familiar, sendo uma maneira de rebelar-se diante dela, como forma de se impor e se enturmar em grupos de pares adolescentes rebeldes. No entanto, essa forma de comportamento violento não acontece, geralmente, devido a esses pares rebeldes e a violência serem muito marcantes diante do jovem de classe alta, diferente de como ocorre com muitos dos adolescentes em um contexto social empobrecido, que vêem a violência, e seus pares inseridos na perspectiva dessa, corriqueiramente, como única forma de se enquadrar e se defender neste contexto social.

Assim, as adolescentes reclusas de liberdade se encontram justamente em um contexto escasso, no qual a violência se torna uma forma de sobrevivência para muitas, uma adaptação ao meio, enquanto que, em contextos sociais mais elevados, o ato infracional se dá, na maior parte das vezes, como uma adaptação a um lugar de transgressões, em que o ideal da adolescência, como fase de rebeldia, pode pairar, conforme Calligaris (2000).

O estudo da adolescência, assim, não deve se restringir a concepções vagas, restritas a uma psicopatologia ou psicologia clássica, mas, sim, buscar compreender que muitas vezes a violência existente nessa fase reflete uma violência na qual a patologia é sócio-política (KNOBEL, 2002).

Usando o viés da psicanálise, que expõe que a adolescência, cultura e sociedade devem ser pensadas em conjunto, de acordo com Battistoni e Knobel (1992), é possível notar que a desigualdade social no Brasil remete ao que Freud (1996b), em 1927, retratava sobre como pode haver uma cultura na qual o sucesso de uma parte da população sobrepõe-se ao da outra com opressão. Dessa forma, muitas das pessoas que se sentem injustiçadas diante disso podem desenvolver raiva e/ou comportamentos violentos frente a essa cultura, cujas regras podem ser vistas de modo diferente, pois, se não recebem o mesmo tratamento que a outra parte da população, o pensamento de revolta sobre essas leis culturais tende a existir, e o que foi estabelecido como norma tende a não ser visto como padrão a ser seguido.

Até porque os próprios adolescentes brasileiros pobres estão acostumados geralmente a ver quem está ao seu redor ser violentado por uma sociedade que tanto clama que os jovens não deveriam estar cometendo delitos, e sim, estar em escolas, mas não proporciona uma educação igualitária para os mesmos. O que não quer dizer que um adolescente com uma condição socioeconômica elevada deixe de internalizar essas regras culturais também, pois ele pode, da mesma forma que um adolescente de classe baixa, conseguir ou não internalizá-las, porém, quem está mais submetido às injustiças sociais são os adolescentes pauperizados, que sofrem com a estigmatização constantemente.

Essa estigmatização se consolida como um mecanismo de controle social, como traz Violante (2002), no qual há uma exclusão do indivíduo que possuir algum marcador que a sociedade vê como estigmatizante, tal como a pobreza, a negritude, o gênero feminino, entre outros. Isso não ocorre com a minoria da população, mas sim com a grande massa, que é pobre, negra e mulher. Na amostra coletada, isso se explicita, pois a maioria das adolescentes possuíam os marcadores da negritude e da pobreza, além, é claro, de serem mulheres, mais um marcador social estigmatizado pela sociedade.

Sendo assim, o ato infracional pode, muitas vezes, expressar a revolta de uma adolescente perante a discrepância social em que se vê imersa. Essa exclusão social se mostra perversa, pois, ao mesmo tempo em que a sociedade propaga, na Constituição (1988), os direitos iguais para toda a população, tal noção é desmentida pela desigualdade de acesso a esses direitos e ausência de assistência aos denominados “desamparados” por essa mesma Constituição (VIOLANTE, 2002).

## O ato infracional como busca de reconhecimento

Quando se fala de adolescente em conflito com a lei, e esse é de uma camada social de baixa renda, os pensamentos sobre ele, as manchetes de jornais e as fofocas pelos corretores são estigmatizadas. De adolescente passa a delinquente, menor, bandido; os direitos que esse deve ter, devido à sua condição social, muitas vezes se tornam turvos. Ou seja, ao adolescente que pertence a uma camada empobrecida dentro de uma sociedade que o marginaliza é dada uma invisibilidade social. Esse jovem é visto e invocado por via da estigmatização e preocupação de que ele ameace a ordem pública. Sendo assim, ao estudar a infração juvenil, deve-se abarcar o sujeito e em que contexto está inserido, observando como a sua subjetivação é implicada pelas condições socioeconômicas e culturais. A sociedade contemporânea nem sempre oferece alternativas enriquecedoras de subjetividade a esses adolescentes, aprisionando-os dentro e fora das prisões. Ao se defrontar com a adolescência em conflito com a lei, não há como deixar de considerá-la como sintoma social, ou seja, o jovem infrator acaba expressando o mal-estar de sua sociedade. Esse jovem, já tão silenciado em sua vida, faz-se ouvir pelo viés que para ele foi possível, sendo este canal de vocalização o ato infracional (OLIVEIRA, 2001).

Como mencionado anteriormente, o adolescente se encontra entre a infância e a adultez, sendo suas duas premissas primordiais a busca por reconhecimento e a autonomia para sair desse limbo (OLIVEIRA, *op. cit.*). A partir disso, o mal-estar vivenciado pelo adolescente, e que o pode levar a uma conduta delitiva, está entrelaçado com essa busca exacerbada por reconhecimento e autonomia e com as dificuldades que encontra, a depender de sua classe social, raça ou gênero. Assim sendo, Oliveira (2001) menciona o fato do delito juvenil como atalho para o reconhecimento.

O adolescente, apesar de vivenciar esse limbo de estar entre dois lugares, infância e idade adulta, constitui-se como um ideal identificatório para os adultos, que se projetam e desejam ter o corpo e vitalidade dos jovens. Com isso, a era da globalização utiliza-se desse fato para atuar, visando esses adolescentes, pois são sua maior estratégia de *marketing*, visto que o que usam e seguem logo vira moda, desejo e busca para a sociedade. Assim, na lógica capitalista, é comum o estabelecimento de *kit* de perfis-padrões a serem seguidos, e, se forem alcançados esses padrões, logo o sujeito é validado e visível (OLIVEIRA, *op. cit.*).

Dessa forma, a velha pergunta na cabeça dos adolescentes – “o que querem de mim?” – possui uma resposta e, inclusive, um padrão. Entretanto, essa realidade se torna cruel e difícil de ser alcançada, quando esse jovem pertence a uma camada desfavorecida socialmente, na qual não há condições e possibilidades de alcançar esse ideal capitalista vendido em todas as esquinas. Ou seja, as chances de o adolescente empobrecido, em grande maioria negro ou pardo, ser reconhecido socialmente são baixas, pois estão à margem da estética globalizada.

Com isso, o adolescente pauperizado vai em busca desse reconhecimento, podendo partir da premissa de buscar um trabalho que lhe traga reconhecimento e autonomia, ou seja, ser visto na sociedade. Porém, esse jovem deve estar a par do padrão social para isso, e o índice é alto de adolescentes periféricos que não completam o ensino regular.

Desse modo, há uma enorme dificuldade na inserção no mercado de trabalho para esses jovens, que, em alguns contextos e casos, visualizam no delito o atalho para o buscado reconhecimento, já que todos os caminhos estão fechados, ou são de impossível acesso para esse ou essa jovem periférica, que tem um alvo nas costas, quando está em visibilidade. Sendo assim, ao ser de uma classe social que não pertence à burguesia, o adolescente não só possui limitações econômicas, mas perda de bens simbólicos (OLIVEIRA, 2001).

Essa perda de bens simbólicos é uma característica marcante que foi notada no defrontamento com a realidade das meninas em reclusão. Relatam, em suas falas e atitudes, a falta de protagonismo em suas vidas, uma autoimagem e autoestima afetadas por consequência desses bens simbólicos terem sido sucateados, como resultado de uma sociedade que as marginaliza, exclui e lhes retira os direitos básicos. Ao contextualizar a prática vivenciada nas dinâmicas de grupo com as adolescentes que estavam em reclusão no CENIP - Santa Luzia, essa tal delinquência empobrecida se sobressai, com duas vertentes: a delinquência masculina, que deve ser sempre ativa, os meninos são vistos como os grandes ladrões e chefes, sendo postos como agentes de suas próprias ordens e vontades. Quanto a isso, pensa-se que eles estão seguindo o que um jovem pobre do gênero masculino estaria propenso a fazer.

Porém, quando se fala de delinquência feminina, o estigma é outro: é algo visto como mais passivo, que chega, muitas vezes, à instituição socioeducativa por causa de um namorado que lhe pediu para fazer um favor para ele, tendo, na maioria das vezes, a utilização de seu corpo para favores desse outro, geralmente masculino. Essa menina que, rapidamente, se estiver em conflito com a lei, com o estigma posto sobre ela, vira mulher, saindo do padrão imposto pela sociedade sobre o que uma menina deveria estar fazendo.

Tornou-se perceptível, nesta prática de dinâmicas grupais com as adolescentes em reclusão, que a adolescente em conflito com a lei é geralmente solitária. Elas relatam que têm contato escasso ou nenhum com seus familiares, que estão sozinhas no mundo, ou que têm um filho para criar, sozinhas novamente, sendo, esta, uma de suas poucas esperanças ou vontade: o desejo de se libertar da reclusão para cuidar desse filho e trazer para ele as possibilidades que nunca lhe foram dadas. Em contrapartida, com os meninos, pela naturalização de suas atitudes agressivas, não passam um período de internação em centros de internação socioeducativa de forma tão solitária: existem visitas com as famílias, mães que sempre levam alguma comida de que eles gostam, e namoradas que os esperam sair.

Há uma diferenciação enorme em comparação com a experiência das adolescentes do gênero feminino, que têm suas possibilidades reduzidas em todos os níveis, porque são mulheres, pobres e, em grande maioria, negras, que se veem sozinhas no enfrentamento da tal ressocialização.

Baseado no mito da brasilidade, conceito trabalhado por Souza (2017), é pensado socialmente que o brasileiro é um povo mais afetuoso, amoroso, guerreiro e generoso. Esse pensar social traz uma estigmatização ao pobre brasileiro, que, mesmo sem emprego, sem casa e sem reconhecimento no espaço público, deve ser inabalável em sua alegria, generosidade, e em sua capacidade de amar e ser amado. Ou seja, de se realizar no espaço privado, através de relações amorosas, nas quais as mulheres, principalmente de baixa renda, repletas de limitações quanto ao futuro, apegam-se ao amor romântico como uma das poucas formas de motivação para saírem de suas casas. A busca de afeto por esse

outro acaba sendo um sentido que elas atribuem às suas vivências. Nessa perspectiva, sem o amor seria impossível o reconhecimento, tornando-se, assim, uma forma de trunfo para essa camada de mulheres, que geralmente esperam achar no companheiro o que as motive para lutar desesperadamente pelo seu amor (SOUZA, 2017).

Na aproximação com as adolescentes, percebe-se, como menciona Patrícia Mattos (2017, p. 173), que, com condições materiais e afetivas escassas, essas meninas vão constituindo sua subjetivação de forma precária, com baixa autoconfiança e autoestima. Isso se torna explícito na realização das dinâmicas referentes à autoestima e identidade, na qual muitas jovens tiveram dificuldades de apontar pontos positivos sobre si, e, ao ser pedido que pensassem em uma futura profissão, e que construíssem planos de curto e longo prazo, a maioria não conseguiu, pois é difícil demais para elas realizarem o ato de planejar um futuro.

Elas também se enxergam em um contexto de escolha já escolhida, no qual suas condutas acabam sendo afetadas por determinações quanto às que poderiam seguir. Assim, são limitadas ao papel de mãe, esposa, com talvez algum subemprego. Não que haja algum problema com essas ocupações. O que se coloca em questionamento aqui é o porquê de apenas essas possibilidades serem vistas por essas adolescentes. O que se revelou é que o contexto sociocultural dessas garotas não lhes traz diferentes possibilidades para, ao menos, ousarem planejar algo diferente disso, devido a esse meio já lhes impor o roteiro de suas vidas, desde muito cedo, até antes mesmo de nascerem, quando se descobre que o sexo é feminino.

A visão de encontrarem um homem que as ame, que cuide delas e que as proteja parece muitas vezes a única possibilidade de estabilidade e segurança para as adolescentes em conflito com a lei, de classe baixa ou abaixo da linha da pobreza, em virtude de a construção social propagar que essas mulheres só possuem seus corpos, para conquistarem o pouco que a sociedade lhes oferece (SOUZA, 2017).

Apesar deste desejo de encontrar nesse outro masculino um conforto e segurança, as adolescentes têm seus corpos hipersexualizados desde muito novas, vistos como uma das únicas moedas de troca para conquistarem algum reconhecimento. Entretanto, a partir das falas sobre relacionamentos amorosos das adolescentes em conflito com a lei, essa entrega do seu único bem não lhes traz o afeto dos homens. Meninas de 12 anos mencionam o fato de que foram casadas, mas, apesar de uma entrega de corpo e alma, o afeto, a proteção e a segurança não eram atribuídas a elas, porém, mesmo não tendo um lar seguro ao lado do seu companheiro, que as ameaçava de alguma forma de violência, ainda era um lugar em que elas se viam tendo possibilidades de serem legitimadas, apesar de todo cenário abusivo que as rodeava.

Dessa forma, constata-se que há uma carência de afeto desde muito cedo para com essas jovens, que preferem ser colocadas nesse lugar que foi relatado, do que se lançar em busca de novos afetos e possibilidades, pois muitas crescem entendendo que, para serem amadas, precisam ser inocentes e puras, porém isso é paradoxal e quase inalcançável para elas, que, antes mesmo de terem seus corpos mudados biologicamente, esses são sexualizados. É um paradoxo, pois a sociedade pede a inocência dessas adolescentes, mas, ao mesmo tempo lhes impõem uma sexualidade que não gera afeto e reconhecimento social. No entanto, como foi mencionado, é através desse laço amoroso com um parceiro que

enxergam uma das poucas possibilidades de reconhecimento e proteção, devido a serem escassas, no contexto em que vivem.

Assim, é exposto que essa intimidade precária e entrega de si mesma em busca de afeto não supera os estigmas da dominação masculina sobre as mulheres, que, no caso das adolescentes envolvidas na amostra, ainda se torna mais acentuado pela classe social baixa em que se encontram, o que acentua mais ainda as estigmatizações, opressões e exclusões. Essa condição retrata uma violência para com essas meninas, que estão em busca de uma possibilidade em meio a tantas limitações sociais.

Posto isso, sabe-se que as mulheres empobrecidas presentes nesta pesquisa buscam, através do afeto, a segurança que nunca lhes foi dada, e é através de seus corpos que elas tentam conseguir isso, porque a sociedade propaga essa visão para elas. Porém, de acordo com Silva, Torres e Berg (2017), a liberação sexual só favorece uma relação afetiva se a família e o contexto social dessa mulher trouxerem a certeza de que o afeto e a segurança não se limitam a relações sexuais, para que o companheirismo e o afeto possam surgir na relação. Todavia, para essas meninas, que, desde cedo, aprendem que seus corpos são seu único bem e moeda de troca, essa possibilidade de companheirismo tende a se limitar.

### **A adolescência em busca do Outro**

Para se compreender a busca do adolescente pelo reconhecimento de forma psicodinâmica, é importante esclarecer a perspectiva lacaniana do simbólico quanto a isso, pois a visão do dinheiro, para esse jovem, apresenta-se nessa perspectiva. Assim, a reivindicação pelo dinheiro que adolescentes de classe desfavorecida geralmente fazem, expressando-se, por exemplo, pelo roubar, pode partir de um desejo de reconhecimento do Outro, com o maiúsculo, por representar um contexto macro que forma as noções sociais que a cultura perpassa para um sujeito pelo simbólico, como afirma Lacan (apud RASSIAL, 2005).

Portanto, esse adolescente pode estar buscando um lugar no qual possa se sentir reconhecido, pois não se vê assim. Desse modo, o ato de roubar torna-se mais significativo, muitas vezes, do que o objeto roubado em si, devido à relação do indivíduo com a ordem simbólica. Essa busca reivindicativa pelo dinheiro pode se dar também na mesada que o adolescente de classe alta tende a exigir, e pelo roubo. Porém, essa diferença se dá dependendo geralmente do contexto socioeconômico em que cada adolescente está inserido.

Essa demanda do adolescente ao Outro visa a um reconhecimento que não lhe é dado, como foi posto, pois o sujeito é colocado em um lugar que simbolicamente foi estipulado para ele pela sociedade, o que o pode alienar, devido ao meio ter o poder de restringir as possibilidades de ser desse indivíduo, como, por exemplo, pelas limitações escolares e trabalhistas. Assim, o ato infracional pode se expressar como fuga desse contexto, além de representar uma ruptura, numa busca por um lugar em que o adolescente conseguisse viver a existência social que deseja.

Referente à função paterna, observa-se que pode haver uma divisão das imagens paternas na vida de um adolescente que comete o ato infracional, não ocorrendo

necessariamente a abolição dessa função, como muitos apontam (RASSIAL, 2005). Dessa maneira, partindo do pressuposto lacaniano de que a metáfora paterna dá suporte à ordem do simbólico, a função paterna - que não precisa ser exercida pelo pai exatamente, mas sim por uma figura de referência que transmite as ordens sociais -, para o adolescente em conflito com a lei, pode se dar de forma que ele lhe demande respostas.

É comum adolescentes em conflito com a lei, devido a uma falha da função paterna, projetarem essa função em outras figuras que não os pais, como, por exemplo, no chefe de um bando, quando a figura que está nessa posição não está presente, ou é ausente. O questionamento sobre a função paterna não cabe apenas ao adolescente em conflito com a lei. No entanto, nota-se que há uma precocidade na reivindicação dela (RASSIAL, *op.cit.*), pois esse adolescente está geralmente em um contexto no qual a imposição da figura paterna, que geralmente exerce essa função, encontra-se dividida e dispersa desde muito cedo. A fuga do adolescente não deve ser posta como consequência apenas de uma falha da função paterna. A questão é que há, atrelado a isso, no cenário estudado, um contexto sociocultural que implica em como esse adolescente vê seu mundo, e aqui o sujeito se vê sem ter um lugar simbolizado nesse espaço, com suas referências fracas ou inexistentes, de modo que o ato infracional passa a ser uma forma de criar outro lugar, com diferentes regras que lhe permitam deslocar-se da realidade em que vive (RASSIAL, 2005).

A busca por reconhecimento de um Outro é constante na fala das adolescentes que participaram da pesquisa. Essas garotas traziam a figura paterna como a mais recorrente nesse contexto, no qual o pai é colocado por elas como a pessoa que não deu o afeto necessário em suas vidas, e a ausência do mesmo ao longo do crescimento delas também foi algo constante em suas falas. Não é necessariamente a figura do pai que ocupa o lugar da função paterna, como posto anteriormente (RASSIAL, *op. cit.*). Porém, no caso dessas adolescentes, a figura da mãe ou outras possibilidades de referência à Lei, representada por essa função, são vagas. Assim sendo, as adolescentes tendem a buscar essa referência em parceiros, colocando a esperança em um possível futuro com eles, no qual obterão algum tipo de direcionamento. É um outro em quem colocam seus desejos de estabilidade e proteção, sentimentos que sentem que foram faltosos em seus lares. Contudo, não apenas a família poderia ocupar essa função, e não é apenas ela que mantém as jovens com o sentimento de desamparo, mas, como foi exposto, o contexto social em que vivem, que está dentro de um contexto macrosocial que peca com as circunstâncias familiares e sociais, contribui para isso.

É comum ao adolescente a reivindicação por um lugar no qual possa exercer seu direito de escolha, e, ao mesmo tempo, o desejo por um mestre, que pode não ser os pais, pois podem deixar de ser a referência do discurso para os jovens, que se recusam a entrar em um sistema no qual os seus pais entraram (RASSIAL, 2005), ou devido aos pais não terem chegado a se concretizar como referência, por uma ausência deles representando a Lei. Com isso, os adolescentes podem ser propensos a agir contra a ordem social, ao passo que desejam ser reconhecidos de alguma forma na sociedade. Entretanto, o adolescente em conflito com a lei está imerso em uma sociedade na qual os discursos sociais perpassados para ele são contraditórios e ambíguos (RASSIAL, *op. cit.*).

Esse seu lugar – em específico, da adolescente de classe desfavorecida, investigado aqui – é difuso, ao escutar que deve ser o “futuro da nação”, sendo uma pessoa jovem, que, ao mesmo tempo, vê seus direitos a moradia, escola, entre outros, violados, uma vez que é vítima de todo tipo de violência – física, psicológica e social, em ambientes de risco social e exposta a diversos problemas.

Desse modo, esse adolescente se encontra geralmente perdido em meio a esses discursos, desde sua infância. Para esclarecer isto, pode-se pensar na teoria de Lacan (1992) sobre os quatro discursos. O discurso histérico, que se caracteriza pela reivindicação em busca de um mestre, e o discurso universitário, referente ao sujeito responsável pelo fazer funcionar, são dois dos quatro discursos. Esses dois expõem a diferença entre “vida privada” e “vida pública” que os jovens costumam questionar, pois, no privado, que pode ser caracterizado pelo discurso histérico, é pedido para se expor a falta e apelo a um outro, enquanto, no público, representando o discurso universitário, é solicitado que o sujeito se responsabilize e coloque seus desejos em segundo plano.

Para além desses dois discursos, há o discurso do mestre, no qual o jovem percebe que seus pais se submetem a um sistema, que transmite um discurso no qual é registrada a ordem como fundadora para o indivíduo. O último seria o discurso psicanalítico, que evidencia que determinados discursos se mantêm devido à crença que cada sujeito coloca sobre aqueles que os enunciam (RASSIAL, 2005).

Sendo assim, é a visão do discurso psicanalítico tão vista no contexto das adolescentes, pois a adolescente em conflito com a lei, pauperizada, concretiza o discurso de um fracasso, que lhe foi repassado como seu, pela sociedade.

O discurso do fracasso como futuro é repassado para as adolescentes em conflito com a lei por meio de uma sociedade que as coloca em um lugar inferior (RASSIAL, *op. cit.*), e elas acabam por interiorizar essas ideias. Desse modo, essas adolescentes se veem imersas em relações familiares instáveis, que têm por antecessor um contexto macrosocial, no qual o Estado, nas áreas educativa e social, não lhes oferece o mesmo serviço que presta à classe social burguesa. Assim, permeiam a vida dessas garotas: a disparidade entre as classes sociais, e o peso de, além de enfrentar a pobreza, enfrentar também a estigmatização de ser mulher em um contexto social que ainda propaga para as adolescentes uma ideia construída séculos atrás, segundo a qual a mulher pobre teria apenas como saída de sobrevivência a presença de um homem.

### **O corpo da adolescente do gênero feminino**

A fase da adolescência pode ter como característica a puberdade, que traz as mudanças corporais e hormonais relatadas pela biologia. Foi descoberto que há uma glândula da puberdade, que envolve a produção da excitação sexual e das características sexuais. Para além disso, enfatizando a visão da puberdade trazida por Freud (1996c), é possível observar que essa fase retrata o segundo tempo de escolha objetal de um indivíduo, determinando a configuração da vida sexual, que se depara com o objeto sexual, agora não mais prevalecendo a pulsão autoerótica, característica na infância.

É nesta segunda escolha objetal que o sujeito tende a voltar-se para uma corrente sensual e abdicar os objetos infantis, pois o alvo sexual passa a ser a zona genital, sendo as zonas erógenas subordinadas a ela. Essa nova atribuição sexual, que vem com a puberdade, traz à tona a diferença das características femininas e masculinas, devido ao desenvolvimento corporal, e, conseqüentemente, sexual, ser muito diferente para o homem e a mulher nesse período. Essa diferenciação implica que ocorra uma influência em como será enxergado o ser humano. O menino na puberdade passa a ter um grande avanço da sua libido, enquanto a menina também tem esse avanço, porém a excitabilidade do clitóris que ocorre é afetada pelo recalçamento feito por ela. Dessa forma, a puberdade na menina sofreria esse recalçamento que a poderia inibir sexualmente, e faz com que haja um estímulo à libido do homem, aumentando a sua atividade (FREUD, 1996c).

No período da puberdade, as zonas genitais começam a apresentar-se como na maturidade, pois as sensações de excitação, em conjunto com as alterações preparatórias, são despertadas agora, quando há o sentimento de prazer, pela satisfação de zonas erógenas. Porém, esse efeito ainda não possui imediatamente a finalidade do processo sexual. Em meio a esse processo de amadurecimento, há um desligamento da autoridade dos pais, que cria posteriormente uma oposição existente na cultura, entre a nova e a antiga geração. Entretanto, há pessoas que permanecem imersas na autoridade dos pais. Geralmente são garotas que continuam envolvidas no amor infantil, ainda após a puberdade.

Quando elas se casam, a tendência é que falte, na relação com o marido, colocá-lo na posição como tal. Assim, a afeição pelos pais pode ser reativada na puberdade, podendo prevalecer para além dela, e com as identificações apontar o caminho para a escolha objetal, que ocorre nessa fase da vida do adolescente, segundo Freud (*op.cit.*).

Para se pensar além disso, a dimensão do corpo da adolescente do gênero feminino, em específico, é necessário enfatizar a visão do corpo da mulher na sociedade. Nos séculos passados, no Brasil, a figura da mulher ainda era atribuída às atividades de cuidados domésticos e criação dos filhos; os higienistas, que contribuíram com essa visão, declararam que a dependência da mulher deveria permanecer – ela não poderia sair de casa para buscar algo que fosse além desta perspectiva, e era atribuída uma fragilidade ao seu corpo, em conjunto, associando-o ao materno.

Santos e Salles (2015) ratificam a reflexão e ressaltam que a Igreja, que também contribuiu para essa perspectiva da mulher, vem, desde a Idade Média, atribuindo formas de controlar o corpo feminino, “(...) designando, por exemplo, à confissão sacramental um meio de vigilância aos desejos, prazeres, pensamentos e à concupiscência da carne” (p. 04). Sendo assim, as mulheres que saíam desse padrão, buscando outras profissões e escolhendo não serem mães, eram desqualificadas pela sociedade, pois a Igreja e o Estado afirmavam que o corpo feminino era voltado à maternidade e que a mulher deveria se ater aos cuidados com os filhos e seu marido.

Essas concepções, de acordo com Lucas e Hoff (2008), continuam a reverberar na vida da população feminina até os dias atuais. A visão da mulher como figura frágil, que tem apenas seu corpo como forma de obter valor para si, tendo a maternidade como prevalente, é

recorrente para diversas mulheres. Porém, é importante fazer aqui um recorte social sobre o diferencial da visão do corpo da mulher de classe alta e classe baixa.

Deve-se considerar que, para além da questão de o gênero feminino ter sido e ainda ser estigmatizado e colocado abaixo do masculino, quando é unida a isso a questão de classe social, a situação se torna pior, pois a mulher de classe social baixa não participa ativamente do capitalismo. No caso, seu corpo não se encaixa no que o mercado deseja ofertar, e a desigualdade existente entre homens e mulheres se torna ainda maior, quando a mulher faz parte da classe pobre.

Esse diferencial ocorre porque a mulher de classe alta pode, muitas vezes, assumir outras posições que não o papel de ser mãe, e até escolher como lidar com uma gravidez. Elucidando a perspectiva do aborto como exemplo, sabe-se que o movimento feminista lutou para que o aborto fosse legalizado, desde a década de 60. Entretanto, em diversos países, e o Brasil é um desses, essa prática ainda não é legal (SCAVONE, 2010). O Brasil é um país no qual a mulher da camada social desfavorecida não pode fazer o aborto, como a mulher burguesa, pois, apesar de a legalização não existir para as duas, atualmente, no país, a mulher burguesa tem a possibilidade de pagar caro para lidar, da forma que quiser, com a situação, enquanto a mulher pauperizada não tem essa oportunidade. Assim, ela é submetida, muitas vezes, a um procedimento precário, sujeitando seu corpo a esse atendimento, ou até mesmo não o fazer, por essa possibilidade ainda ser estigmatizada em seu contexto.

Sendo assim, além da questão do poder aquisitivo, percorre para essas mulheres, tanto de classe alta como baixa, o estigma de que irão corromper seus corpos, se realizarem o aborto, com a noção de pecado, vinda da Igreja, que ainda se mantém aqui. Há também a atribuição do papel de ser mãe, que pode diferir entre as classes, pois, na classe pauperizada, é mais comum atribuir a responsabilidade somente à mulher, cujas possibilidades de atuação são reduzidas. Geralmente, é perpassada a posição da mulher apenas como dona de casa e mãe, como foi visto com as adolescentes em conflito com a lei.

Dessa maneira, apesar de todas as conquistas das mulheres no decorrer dos anos, elas enfrentam os estigmas sociais de uma sociedade ainda engessada no patriarcado, que lhes impõe um papel reduzido à maternidade e ao lar, construídos pela sociedade séculos atrás (SANTOS; SALLES, 2015).

Além disso, considerando-se o corpo na perspectiva lacaniana, Mota e Leal (2007, p. 2), afirmam que “(...) a pulsão que corresponde à dimensão do simbólico, à imagem especular, cujo correspondente é o imaginário e o gozo que está para o real”. Assim, o corpo do simbólico, ao qual foi dado enfoque aqui, diz respeito ao corpo falado pelo Outro; o que o sujeito é, será dito a partir do seu corpo. Assim, se for encarado como verdade sobre si, pode o alienar (MOTA; LEAL, 2007). Dessa maneira, a adolescente, em maior parte as pauperizadas, encontra-se em um contexto que nomeia quem ela é pelo seu corpo, podendo ser alienada das suas capacidades, e aceita o que o Outro – no caso, a sociedade – lhe repassa. Essa sociedade reverbera os valores vindos do patriarcado e estigmas compostos da visão machista sobre a mulher e sobre o seu corpo, voltados para os cuidados do lar, dos filhos e, ainda, para o prazer do homem.

## O atravessamento das questões de gênero na adolescente em conflito com a lei

Para pensar sobre as questões de gênero envolvidas no sistema socioeducativo, é preciso refletir sobre a liberdade que foi concedida para as mulheres a partir dos fatos ocorridos durante a Revolução Industrial, e o quanto essas foram beneficiadas, mas também ludibriadas com essa liberdade. Dowling (1981) parece estar muito à frente de seu tempo, quando traz, em seu livro “Complexo de Cinderela”, como as mulheres se encontram aprisionadas em relações patriarcais, devido ao desejo inconsciente de ser cuidada, salva e protegida por uma figura masculina. A autora ainda afirma que, com a Revolução Industrial, a liberdade foi permitida às mulheres, mas não lhes foi ensinada.

A libertação simbólica dessas mulheres trouxe uma falsa sensação de autonomia e se perpetua até a contemporaneidade. Acreditar que a emancipação visou ao bem-estar e à independência feminina é deixar-se levar pela ingenuidade e ceder aos ideais do patriarcado, tendo em vista as razões que levaram à inclusão da mulher no mercado de trabalho, que garantiu o seu direito ao voto e possibilitou a sua ascensão social. Fica evidente que essa liberdade nasce para alimentar o gozo masculino e manter a mulher nas rédeas do patriarcado, pois os homens se beneficiam com a reconstrução da identidade social da mesma. Para Saffioti (1987), a identidade social destinada aos sexos advém de fatores que estão além do nosso poder:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (p. 8).

A identidade social é estabelecida culturalmente. Cada sociedade molda o papel dos gêneros mediante a sua configuração social, sendo esse fator cultural essencial para entender como se dão as semelhanças e diferenças entre os sexos e, a partir disso, como são criadas as relações de poder e desigualdade dentro dessa sociedade e como ela lida com essas problemáticas (SABOYA, 2013).

Apesar de não ser um fenômeno puramente brasileiro, é necessário voltar os olhos para o contexto vivenciado no Brasil, para entender como se dá a construção da identidade social e dos papéis normativos estabelecidos nesta nação, assim podendo fornecer uma visão mais precisa desse aspecto. A partir disso, Saffioti (1987) afirma que a naturalização dos papéis atribuídos aos sexos é uma tarefa da sociedade e baseia-se na capacidade da mulher de ser mãe, fazendo com que ela, conseqüentemente, assuma as tarefas domésticas. É fundamental entender que a delimitação e naturalização desses padrões através das características sexuais contribui para a discriminação contra a mulher, e favorece a supremacia do patriarcado, fortalecendo aspectos machistas e misóginos da sociedade.

Durante os encontros no CENIP - Santa Luzia e a visita técnica ao CENIP - Recife, foi possível realizar um apanhado de semelhanças e divergências entre as instituições. Enquanto o CENIP - Recife, Centro de Internação Provisória destinado ao gênero masculino,

recebe uma maior atenção, possuindo uma infraestrutura mais adequada e projetos apropriados para o desenvolvimento e ressocialização desses jovens, como aulas sobre álcool e drogas, educação sexual e educação física, o CENIP - Santa Luzia, Centro de Internação Provisória destinado ao gênero feminino, sofre com condições estruturais precárias e a falta de projetos que engajem as adolescentes em atividades diárias. A pouca movimentação existente parte de iniciativas religiosas e universitárias, que buscam oferecer o mínimo de cuidado para as que ali vivem.

Não é preciso muito para perceber como o sistema socioeducativo se apresenta muito mais preparado e competente para receber os meninos, se comparado com a realidade vivenciada pelas meninas em reclusão. É sob essa ótica que se busca aqui compreender, por meio de Saffioti (*op.cit.*), o lugar que esses jovens estão ocupando socialmente. Quanto à identidade social desses, é perceptível que, na sociedade em que estamos inseridas, os papéis de gênero estão bem definidos.

É normal e naturalizado que o homem apresente uma postura agressiva e violenta, tornando compreensíveis suas atitudes, sob a justificativa de serem apenas “crianças”, e que essa “rebeldia” faz parte do seu desenvolvimento. Enquanto as meninas, quando inseridas nesse contexto de violência, são prontamente apontadas como responsáveis pelos seus atos, tornando inadmissível qualquer tipo de comportamento transgressor.

Dessa forma, é através da naturalização dos papéis de gênero que o descaso institucional nas unidades socioeducativas femininas é legitimado, contribuindo, mesmo não querendo, para a construção de um sistema machista e misógino.

Saffioti (1987) traz, também, que a discriminação feminina é, acima de tudo, social, porque, apesar de existir uma Constituição que preza pela igualdade de todos, sem distinção de sexo, ainda existe uma ideologia dominante que tem forte influência sobre os agentes da Justiça, interferindo em suas interpretações e decisões. Como a autora cita em seu livro *O poder do macho* (*op.cit.*, p. 16), “O poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres.”

Para entender melhor a complexidade da estrutura patriarcal e a ideologia dominante que oprime e segrega as mulheres, é necessário estender-se sobre a ideia de gênero e seus aspectos, tendo-se em vista que existe um conceito tradicional que fica delimitado “(...) à rede de crenças, traços de personalidade, atitudes, sentimentos, valores, condutas e atividades que diferenciam mulheres e homens” (KNUDSEN, 2007, p. 27), estabelecendo a existência de uma assimetria estática e predominante socialmente.

As relações de gênero passam a ter mais visibilidade a partir da década de 1960, quando a luta feminista começa a questionar a desconformidade existente nos âmbitos jurídico, econômico e social voltados para as mulheres. A partir disso, a comunidade acadêmica debruçou-se sobre a temática, trazendo estudos bastante relevantes, e mostrando que a desigualdade de gênero ultrapassa as barreiras biológicas entre feminino e masculino, e se estabelece no fator cultural e simbólico, que é agregado para cada um dos gêneros, e o valor que é dado a eles mediante a vivência de cada sociedade. É através da cultura que

é possível compreender as relações de poder e padrões de comportamento aceitáveis ou não pela sociedade (SABOYA, 2013).

Mediante esses estudos, surgem diversos autores e personalidades envolvidas no estudo de gênero e que se dedicaram a entender como essas relações são estabelecidas, ao longo dos anos. Entre eles, Butler (1990), que estabelece um diálogo entre a filosofia e a psicanálise, em sua obra “Problemas de Gênero - Feminismo e subversão da identidade”. A autora se desfaz da polarização entre sexo e gênero, questionando-se sobre a origem desses conceitos, e que, se gênero pode fazer parte de uma construção cultural, por que sexo deve ser aceito como um conceito incontestável do qual não reconhecemos a origem? Para ela, é necessário, então, subverter a ordem compulsória que estabelece a simetria entre sexo e gênero, fazendo com que ambos sejam correlacionados.

Com base nisso, a Psicologia passa a buscar, também, compreender os fenômenos advindos das relações de gênero. Em resposta a uma definição limitada e excludente, que não condizia com a real identidade de muitas pessoas, o psicanalista Stoller (apud KNUDSEN, 2007) estudou sobre crianças e transexualidade, com o propósito de distinguir o sexo biológico da construção social e psíquica estabelecida através da normatividade, dando início ao estudo de gênero dentro da Psicanálise como uma patologia. Assim, passou a considerar não padrão a identificação distinta entre sexo e gênero. Dessa forma, uma identidade de gênero coerente seria a normativa social, na qual o gênero e o sexo são correspondentes.

Mesmo sendo apontado como quem introduziu o termo identidade de gênero na Psicanálise, como observa Knudsen (*op.cit.*), Stoller não foi o pioneiro no assunto, tendo em vista que Freud, em 1905, em seus estudos, aborda a construção da feminilidade e da masculinidade, baseando-se nos aspectos biológicos e socioculturais. Mas, ao contrário de Stoller, que se utilizava da não binariedade dos gêneros, Freud ainda abarcava as diferenças entre os sexos, ao tratar do assunto, mas seu foco era nas questões da binariedade entre as pulsões, vistas como mais relevantes e importantes para o autor (*apud KNUDSEN, 2007*).

A partir dessa compreensão de que sexo e gênero são aspectos distintos e que não são simétricos entre si, começa a se fazer necessária uma desconstrução desses conceitos que, por muito tempo, vinham sendo usados para aprisionar e encaixar pessoas em padrões não correspondentes com a realidade, como, por exemplo, a delimitação do papel da mulher. Com a luta feminista, passou a existir uma necessidade de identificação, para que seus interesses pudessem ser demarcados e contemplados, ou seja, para quem aquelas pautas estariam direcionadas. Além disso, foi necessária também a existência dessa denominação, para validar a busca por uma representação política. Dessa forma, Judith Butler (1990) traz a questão da nomenclatura ‘mulher’, possibilitando proporcionar visibilidade social para esse grupo.

Apesar disso, ao longo dos anos, o termo mulher passou a ser insuficiente para o grupo a ele destinado, tendo em vista que o que fora pré-determinado em seu conceito, não acompanhou as transformações para as quais a sociedade estava caminhando. Ou seja, o que antigamente era definido como mulher, e toda sua simbologia, passou por mudanças conceituais, flexibilizando seus conceitos.

Butler (*op. cit.*) enfatiza a criação dos conceitos e como as pessoas são controladas por eles. Os sistemas jurídicos, que definem os sujeitos e que pretendem representá-los futuramente, são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências desse sistema. Com isso, a autora nos leva a refletir que o indivíduo defendido pelo feminismo fora constituído pelo sistema político que tende a oprimi-lo, porém, ao mesmo tempo, tem a capacidade de facilitar a sua emancipação. O sistema jurídico passa a produzir, de forma oculta e naturalizada, apenas aquilo que pretende representar, formando, assim, um sistema excludente.

De acordo com Butler (1990), os sistemas judiciais são responsáveis por definir quem pretendem representar, buscando, assim, facilitar o controle social. A partir disso, ao analisar as realidades institucionais já citadas, percebe-se como o sistema está muito mais preparado para receber meninos em conflito com a lei do que meninas, o que leva ao pensamento de que não faz parte da construção judiciária a ideia de que mulheres estejam inseridas em práticas tidas como transgressoras, limitando a imagem representativa delas ao trabalho doméstico e à maternidade.

Sendo assim, as mulheres seguem vivendo sob uma falsa liberdade, como afirma Dowling (1981); sob uma fantasia de liberdade e autonomia, quando, na verdade, continuam sendo controladas e representadas por aqueles que buscam o seu silêncio e lhes negam uma emancipação genuína. Dessa maneira, as internas do CENIP - Santa Luzia seguem nesse ciclo de desigualdade, sofrendo as consequências de terem nascido mulher, em uma sociedade dominada pelo patriarcado e suas ideologias misóginas.

Para a teoria marxista, classe social passa a se dividir entre quem possui o meio de produção e quem serve de mão de obra para a produção, formando uma hierarquia que predomina das civilizações antigas até os dias atuais. Com o decorrer da História, classe social passou a representar, também, poder e *status*, e a partir disso delimita-se o que se pode e deve fazer, assim como atribui direitos e deveres, ou a falta deles, para a sociedade em um sistema assimétrico, que se constitui através da opressão econômica e da exploração dos que não são favorecidos por esse sistema (SANTOS, 2008).

A existência da pobreza no Brasil traz consigo uma forte história de descaso, falta de oportunidade e marginalização, fazendo parte da vida de 13,5 milhões de pessoas que se encontram no índice de pobreza, de acordo com dados do IBGE coletados em 2018. É nesse cenário que Souza (2017) traz o mito da brasilidade, apontando como e quais valores são passados às diferentes classes, de acordo com a sua posição hierárquica. Enquanto a classe média desfruta de conteúdos como educação sexual, econômica e acadêmica, tendo a oportunidade de desenvolver um plano de vida com uma maior segurança emocional e afetiva, a “ralé”, denominação usada por Souza (*op.cit.*) para a população de baixa renda, pouco compartilha da educação formal, tendo em vista que por muitas gerações o fracasso escolar tem sido presente nessa realidade.

Logo, cabe ao pobre, pertencente à “ralé” brasileira, cuidar de sua sobrevivência e de seus entes, sem conseguir absorver ou repassar seus valores e ideais, porque, mesmo que a família incentive a educação de suas proles, é difícil mantê-las como prioridade, mediante outras problemáticas vivenciadas nesse contexto.

Sob essa perspectiva, entende-se que a desigualdade entre as classes sociais é um grande fator que influencia na vida daqueles que vivem na pobreza, mas, para além disso, é preciso enxergar as minorias e como elas estão vivendo nesses âmbitos onde a injustiça social é gritante. Um exemplo disso seria o agravante de gênero e raça, ou seja, ser mulher e negra dentro desse contexto que, apesar de ser um aspecto comum no cenário da pobreza, vai além da falta de equidade salarial, mas transita também pela hipersexualização, falta de representatividade e de oportunidade, assim como pelo racismo, tendo em vista que mais de 90% das adolescentes presentes nesta pesquisa são negras.

### Considerações finais

O adolescente em conflito com a lei é afetado pelo seu contexto social, que está entrelaçado ao seu contexto familiar, e pode fazer com que esse jovem, a depender da sua classe social e do seu gênero, possua diferentes implicações para cometer o ato infracional. Quando esse jovem é do gênero masculino, é-lhe atribuída a ideia de que é um delinquente, e que seu caminho já estava atrelado ao ato infracional, devido ao seu contexto empobrecido. Porém, à adolescente em conflito com a lei, do gênero feminino, é atribuído que ela está saindo do padrão do que uma mulher deveria fazer, pois a sociedade ainda perpetua o estigma de que a mulher possui uma fragilidade em si, e que essa estaria voltada aos cuidados domésticos e dos filhos, e isso ocorre principalmente com a jovem pauperizada, que vê suas chances de ir para além desses papéis a que foi reduzida. Referente à perspectiva do simbólico na visão psicanalítica, à adolescente em conflito com a lei é dado um lugar que foi posto para ela desde seu nascimento, sendo mulher, e, como observado, empobrecida.

Foi visto que a diferenciação de reclusão de adolescentes em conflito com a lei vai depender de seu gênero, que torna ainda mais exacerbada, se esse for feminino, a solidão, a estigmatização e a invisibilidade já presentes nos adolescentes em conflito com a lei. Sendo assim, o adolescente em conflito com a lei, pauperizado, sofre, diante de uma sociedade e de um Estado que pecam nos cuidados básicos que deveriam ser dados ao jovem, e, se for do gênero feminino, há uma visão estigmatizante sobre ela, atrelada a sua condição social.

### Referências

- BALEEIRO, Maria Clarice; SERRÃO, Margarida. **Aprendendo a ser e a conviver**. Salvador: FTD, 1999.
- BATTISTONI, M. M. de M.; KNOBEL, Maurício. Enfoque psychosocial da adolescência. **Rev. ABP-APAL**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 151-158, 1992.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990. ISBN 85-200-061 1-6.
- CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- DOWLING, Colette. **Complexo de Cinderela**. 14. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981. 222 p. ISBN 7-02-48-038.

- FREITAS, Luiz Alberto Pinheiro de. **Adolescência, família e drogas: a função paterna e a questão dos limites**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- FREUD, Sigmund. **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 21).
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 21).
- FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 7).
- KNOBEL, Maurício. **Normalidade, responsabilidade e psicopatologia da violência na adolescência**. In: LEVISKY, David Léo. *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- KNUDSEN, Patrícia Porchat Pereira da Silva. **Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transsexualismo à política**. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- KRYNSKI, Stanislaw. **O adolescente e a violência: um processo em busca da identidade**. In: LEVISKY, David Léo. *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- LACAN, Jacques. **O seminário livro 17: o avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LUCAS, Luciane; HOFF, Tânia. Formas sutis de dominação hierarquizada: corpo e feminização da pobreza. **Ex aequo** [online]. São Paulo: n. 17, p. 133-154, 2008.
- MATTOS, Patrícia. A dor e o estigma da puta pobre. In: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vivem**. São Paulo: Contracorrente, 2017.
- MOTA, Rita; LEAL, Carlos Eduardo. **A mulher e o corpo na sociedade contemporânea**. Juiz de Fora, 2007.
- OLIVEIRA, Carmem Silveira de. **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
- RASSIAL, Jean-Jacques. **O adolescente e o psicanalista**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- SABOYA, Maria Clara Lopes. Relações de gênero, ciência e tecnologia: uma revisão da bibliografia nacional e internacional. **Rev. Educação, Gestão e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 12, nov. 2013.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p. ISBN 85-16-00364-7.
- SANTOS, José Alcides Figueiredo. **Classe social e desigualdade de gênero no Brasil**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 353-402, 2008.
- SANTOS, Maria Aparecida; SALLES, Vera Lúcia. **O corpo em transe: a moral sexual sobre o corpo feminino no final do século XIX e início do século XX**. Londrina, v. 13, p. 120-132, jan. 2015.
- SCAVONE, Lucila. Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo, **Rev. Gênero**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2010.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vivem.** São Paulo: Contracorrente, 2017.  
TORRES, Roberto; BERG, Tabata; SILVA, Emanuelle. A miséria do amor dos pobres. *In*: SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: Quem é e como vivem.** São Paulo: Contracorrente, 2017.  
VIOLANTE, Maria Lucia Vieira. A perversidade da exclusão social. *In*: LEVISKY, David Léo. **Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

---

Recebido em: 07.10.2019

Aprovado em: 16.07.2020

**Para referenciar este texto:**

LINS, Maria Eduarda Souza Belmino; FERRAZ, Thaianna Maria Siqueira; SANTOS, Thais Maria dos; ARAÚJO, Luiza Elena Bradley Alves de. Adolescência em conflito com a lei, gênero e contexto social: um olhar psicanalítico. **Lumen**, Recife, v. 29, n. 1, p. xx-xx, jan. /jun. 2020.